

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA EM SALVADOR - BA

Raizel Rechtman

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública de Salvador
raizel.rechtman@gmail.com

Marilda Castelar

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública de Salvador
marildacastelar@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende evidenciar a produção do conhecimento, os limites e as possibilidades da formação para a atuação do psicólogo social comunitário em Salvador – BA. Para tanto referenciou-se nas diretrizes curriculares da psicologia, em documentos do Conselho Federal de Psicologia e do Sistema Único de Assistência Social e na produção de conhecimento em artigos publicados sobre o tema. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica da produção do conhecimento no campo social comunitário e um levantamento dos equipamentos existentes na cidade como o CRAS e dos campos de estágios oferecidos pelas treze faculdades de Psicologia de Salvador. Constata-se que os psicólogos estão se inserindo nas comunidades, o que torna um campo ainda incipiente. E também que as faculdades enfrentam dificuldades para encaminhar estagiários e formar psicólogos para esta área. Finalmente, evidencia-se a necessidade de modelos, publicações e da produção de conhecimento a partir de experiências locais para avançar.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária; Psicologia em Salvador-Ba; Formação em Psicologia

ABSTRACT

This article aims to highlight the production of knowledge, the limits and possibilities of formation in social community psychology in Salvador - BA. For that is referenced in the curriculum guidelines of psychology, in documents of the Federal Council of Psychology and the Social Welfare System and the production of knowledge in published articles on the topic. Was performed a literature search of knowledge production in the social community and a survey of existing equipment in the city as the CRAS and field placements offered by the thirteen colleges of Psychology in Salvador. It appears that psychologists are entering the communities, which makes a field still in its infancy. Also seems that colleges are struggling to train interns and form psychologists with references to this area. Finally, it highlights the need for models, publications and production of knowledge from local experience to advance.

Keywords: Community Psychology; Psychology in Salvador-Ba; Formation in Psychology.

INTRODUÇÃO

A psicologia é uma profissão recente que se encontra ainda em processo de construção e definição. Em sua história, na maior parte de suas correntes teóricas, podemos perceber que por muitos anos ela direcionou seu foco aos indivíduos e na atuação em consultórios particulares, sem assumir uma postura política, tornando-se um ofício voltado para as elites (BOCK, 2003). Porém, já é possível ver mudanças nesse sentido. São psicólogos que passam a assumir o seu papel de transformador social e quebram com a inércia ideológica de anos.

O conhecimento produzido pela Psicologia hoje no Brasil tem proporcionado alguns avanços nos estudos sobre grupos e instituições, ampliando as possibilidades de ação do psicólogo para além da clínica e proporcionando a inserção do mesmo em novos campos. E neste processo temos o grande crescimento do campo da psicologia social comunitária, atualmente denominada como campo da assistência social. Por estar mais vinculadas às políticas públicas, podemos considerar como resposta à postura de negação da necessidade da transformação social, uma ferramenta de 'empoderamento' da população menos favorecida, colocando-os na posição de sujeitos ativos e transformadores de sua própria realidade.

Os trabalhos sociais realizados em comunidades já ocorrem há muitas décadas no Brasil, porém grande parte destes nunca teve participação de psicólogos. Sendo o campo da psicologia social muito novo na Bahia, e em processo de construção, temos o fato de que os psicólogos ainda estão se inserindo neste contexto, e descobrindo empiricamente qual o seu papel. Soma-se a isto um restrito número de artigos produzidos neste campo, o que retarda o desenvolvimento desta área pela falta de modelos locais.

Ainda dentro dessa realidade da psicologia social, devemos analisar o contexto das faculdades de psicologia de Salvador, que atendem as diretrizes curriculares no campo social e de estágio básico. Entretanto, encontram-se ainda ausentes em sua responsabilidade na construção de modelos que se relacionam com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Por outro lado, podemos o

significativo aumento do número de equipamentos, que vem crescendo com os anos, como o CRAS - Centro de Referência e Assistência Social, em Salvador que empregam psicólogos. A maior questão a ser trabalhada é que precisamos criar nossos modelos locais, analisar as experiências, construir conhecimento a partir da realidade concreta e publicar/socializar para continuar avançando no campo. Neste sentido, o presente trabalho pretende conhecer o processo de formação do psicólogo no campo social comunitário, suas possibilidades e limites em Salvador – BA.

Assim, este trabalho apresenta, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica no campo social comunitário em Salvador, realizada nos sites de busca SCIELO - [Scientific Electronic Library Online](#), POL – Psicologia OnLine, ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social, ABEP – Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, e BVS-PSI – Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia. Posteriormente buscou-se conhecer e discutir o papel do psicólogo na política pública do CRAS, a partir da pesquisa realizada pelo CREPOP – Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas do CRP03 – Conselho Regional de Psicologia Região Bahia e Sergipe, no âmbito da Bahia, e também foi realizado um levantamento dos CRAS existentes na cidade de Salvador. Em seguida foi realizado um estudo sobre as Diretrizes Curriculares de Psicologia e a importância do estágio e da educação ‘não-formal’ na formação do psicólogo. Complementando o ponto anterior, foram coletados dados, de forma direta junto aos treze cursos de psicologia existentes em Salvador, a respeito da formação (teórica e prática) oferecida por estas, traduzidas em disciplinas e estágios básicos no campo da psicologia social e comunitária.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO LOCAL EM PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Após pesquisas realizadas nos sites de busca Scielo, Pol, Abep, Abrapso e Bvs-Psi, foram encontrados apenas dois artigos que abordam aspectos da psicologia social em Salvador. O primeiro se chama “Psicologia da saúde atuando

em comunidade” de Ângelis Dantas da Cruz, Elaine da Silva Correia, Emmanuella Lima Falcão, Gizelle Lopes L. Munduruca, Juliana de Almeida Lima e Lilian Bossolani X. Brombim, alunas de psicologia de uma faculdade local.

O primeiro artigo relata a atuação do psicólogo da saúde na comunidade e sua importância em trabalhos como prevenção e promoção da saúde no contexto comunitário. Conforme os princípios previstos no SUS – Sistema Único de Saúde, e para destacar essa atuação as autoras fizeram uma pesquisa em duas instituições sendo que uma com psicólogo e outra sem, para verificar a diferença e constataram que a que não tem psicólogo obtém bons resultados, mas a comunidade sente falta de um psicólogo, devido à depressão, baixo auto-estima, gerados pela violência doméstica.

As autoras trazem como análise dos dados obtidos que os membros dos dois contextos reconhecem a importância de se ter psicólogos da saúde envolvidos em trabalhos para a comunidade. Mas, por outro lado, essa visão é um tanto limitada ainda, já que em ambos a atuação do psicólogo da saúde é tida como uma proposta de “clínica a comunidade”. Os próprios psicólogos da saúde acabam caindo neste discurso, saindo do caminho da consolidação de sua identidade, que está em construção, para a manutenção dos modelos vigentes e consolidados de atuação, como a da clínica e do trabalho organizacional.

Sendo assim, as autoras perceberam que estes profissionais carecem de muito amadurecimento, tanto no campo técnico metodológico, quanto sob a ótica das questões mais basais ligadas à sua própria identidade profissional, pois, são aspirantes a uma classe profissional com identidade clara, não somente para si mesmos como para a sociedade, ou seja, necessitam de um real compromisso com a multidisciplinaridade que eles mesmos propõem, devido, principalmente, a uma falta de maturidade e experiência das relações com outros colegas, no qual os confrontos de idéias saudáveis passam para desgastes de divergências teóricas e atritos inter profissionais que os afastam dos problemas concretos da saúde, atuais e presentes e a cuja solução a Psicologia está sendo chamada, pela própria sociedade, a dar sua contribuição.

Já o segundo artigo, que tem como autores Luís Augusto Vasconcelos da Silva, Rodrigo Freire Oliveira e Anamélia Lins e Silva Franco, intitulado “Inserção do

psicólogo em programas de atenção primária à adolescência: Uma experiência em Salvador-Bahia”, constata que na atualidade o exercício profissional do psicólogo na área da saúde está concentrado nos hospitais, em Salvador basicamente seguindo os princípios da atuação clínica tão tradicional desde seus primórdios. Mas, dentro de um novo conceito de atuação da psicologia, urge a necessidade de inserir estes profissionais em um contexto mais sólido no que tange ao desenvolvimento enquanto ciência de contribuir para um comprometimento eficaz junto a fatores que atuem efetivamente na construção de benefícios para a comunidade.

Convênios entre universidades e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e também do município de Salvador tem buscado fortalecer esta nova concepção do atuar do psicólogo no seio da comunidade observando e analisando conceitos e aspectos sociológicos e históricos de formação cultural que influenciam de forma direta no comportamento de cada uma delas buscando objetivar formas concretas de intervenção, nem sempre com o devido apoio das entidades governamentais. Esta falta de comprometimento do Estado, buscando mascarar este atendimento a comunidade apenas de forma territorial e pontual abre espaço para o crescimento das organizações não governamentais (ONGs) que até um momento deixa dúvidas e outros questionamentos quanto a sua real finalidade e comprometimento.

A inserção do psicólogo neste campo de atuação propicia angariar formas de desenvolver atividades que melhor se adéquem a promoção de saúde e bem estar da comunidade através de uma conscientização social. Proporcionar perspectivas preventivas em oposição às práticas curativas hoje tão evidentes no sistema de saúde que tem acesso as comunidades periféricas remete os profissionais de psicologia a uma abordagem ecológica, puramente ambiental do contexto que cerca e afeta o indivíduo e o todo. Estamos então diante de um fato real a ser enfrentado, tanto por parte das concepções de psicologia que encontra resistências em seus próprios profissionais para se engajar e sistematizar os processos e métodos de atuação, como dos outros profissionais já firmemente operantes nesta área que não vêem a necessidade primaz do exercício do psicólogo neste contexto, com exceção das Assistentes Sociais, conforme veremos mais adiante. Concorre ainda contra o paradigma da pratica curativa; muito mais rentável a maioria dos profissionais

atuantes da área de saúde e as entidades privadas em relação à prática preventiva, mais justa, democrática, e menos dispendiosa aos cofres públicos.

A atuação da psicologia da saúde na comunidade torna-se, portanto, não somente necessário como eficaz, pelo seu treinamento apurado em observar, analisar e identificar aspectos relevantes. Estes não produzem apenas no indivíduo, ou grupo que este está inserido, mas também na formação do indivíduo como agente ativo, crítico e multiplicador de uma nova concepção. E, enquanto célula ativa da sociedade percebe sua função enquanto participante e partícipe deste sistema que tem como finalidade o bem comum e a saúde de todos.

Assim, podemos identificar a partir desta pequena amostra de artigos que pouco está sendo escrito sobre as experiências na psicologia social, e quando ocorre, ainda está vinculada ao SUS. O que podemos ler até então nos mostra como ainda são muitas as dificuldades para o psicólogo se colocar de fato na comunidade em Salvador. Seu histórico elitista e assumidamente não ideológico ainda leva os psicólogos a se colocarem como clínicos da comunidade. E por falta de informação é justamente esta posição que a população espera dele. Dessa forma a sua identidade de transformador social, de trabalhar com outras áreas e outras populações sem preconceitos e valorizando o que faz fica negligenciada.

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (SUAS E CRAS)

“Está previsto na Constituição Federal: assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado.” (Revista DIÁLOGOS, 2010). Referente à este compromisso a sociedade brasileira recentemente conquistou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS, que cujo modelo de gestão é participativo, semelhante ao SUS, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, em articulação com iniciativas da sociedade civil. Sendo alguns de seus princípios o da universalização do sistema, a territorialização da rede, a descentralização político-administrativa, a padronização dos serviços de assistência social, a integração das iniciativas, a garantia de

proteção social e a substituição do modelo assistencialista (Revista DIÁLOGOS, 2010). E, dentro da política do SUAS temos o CRAS, como seu o dispositivo central.

Geralmente os CRAS, como a maioria das unidades de atenção social básica, ficam localizados em regiões com maiores taxas de vulnerabilidade e risco social. Destina-se à prestação de serviços, possuindo uma gama de projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, envolvendo-se também e articulando estes serviços no seu território de abrangência, potencializando a proteção social. Devendo também se organizar para a vigilância da exclusão social, em conexão com outros territórios.

Atualmente o SUAS tem aproximadamente 5,8 mil psicólogos que trabalham nos CRAS (Revista DIÁLOGOS, 2010), e estima-se que 10 mil psicólogos em todo o país atuam nesta política se considerarmos os outros equipamentos. Essa inserção de psicólogos(as) no SUAS desafia a todos, enquanto profissionais a pensar a política de assistência social e a produzir contribuições para a sua efetivação. Além de que essa nova forma de atuar do psicólogo foi acompanhada pela construção, da psicologia em si, do compromisso social, com a participação de psicólogas e psicólogos de todo o país (CFP, 2007).

O SUAS surgiu com o intuito de garantir direitos sociais e romper com o assistencialismo, porém essa tarefa tem sido muito difícil de ser cumprida. O pequeno investimento das secretarias municipais, a pouca visibilidade dos CRAS e seu “descrédito” por parte da população, em grande parte por sua falta de informação são obstáculos complicados de serem vencidos. E, segundo Laura Freire (2010), desafio ainda maior é o de construir uma intervenção de transformação no território, na direção de promover melhores condições de vida.

Assim, temos o trabalho no CRAS, que tem como papel principal, e de extrema importância para a comunidade, politizar e empoderar os grupos além de estimular a autonomia dos usuários, aumentando a sua qualidade de vida e conquistas, como a inserção no mercado de trabalho, sendo imensamente complexo este processo. E, por ser uma proposta recente e de realidade multideterminada na qual incidem questões sociais, econômicas, históricas, subjetivas, entre outras (FREIRE, 2010), são muitas as discussões necessárias a seu respeito.

Hoje em Salvador existem 18 CRAS, e mais cinco em vias de instalação, todos em bairros estratégicos da cidade, o que demonstra significativa área de apoio de assistência social para a população. Porém esta quantidade ainda se mostra insuficiente pelo número de habitantes, e principalmente pelo alto grau de demanda nos CRAS, e, por isso, há perspectiva de uma duplicação deste número (CREPOP03, 2010).

Ao nos depararmos com a realidade concreta apresentada na pesquisa local recente realizada pelo CREPOP 03, observamos que, na opinião dos participantes, a atuação dos psicólogos nos CRAS ainda não está bem definida na legislação, para a equipe e para a população. Constata-se também que a presença de profissionais recém-formados é comum na equipe do CRAS com baixos salários e grandes dificuldades na realização de seu trabalho.

Por outro lado, temos a questão de que nos CRAS os psicólogos possuem grande autonomia, além de uma equipe multidisciplinar com quem podem trabalhar, e tal realidade proporciona uma grande variedade de formas de atuação. São muitos os exemplos de como esta pode ocorrer, realizando atendimento psicossocial individual e familiar, desenvolvendo / estimulando a autonomia e protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo palestras informativas e socioeducativas, realizando visitas familiares, etc (CREPOP03, 2010).

Também devemos levar em consideração que nestes centros de referência, que existe a possibilidade da interdisciplinaridade como princípio essencial para o trabalho. Fazem parte desses grupos psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, pedagogos, nutricionistas, etc., que quando coesos, possibilitam uma grande troca de experiências e enriquecimento profissional (CREPOP03, 2010). Porém, existe o desafio de que todos abandonem suas hiperespecializações, individualismo e corporativismo, e busquem no encontro dos diferentes saberes a produção em conjunto pelo todo (FREIRE, 2010).

Nestes grupos interdisciplinares os psicólogos têm muito a contribuir. Trazem como acúmulo as aprendizagens e convicção forjada na luta pela afirmação da reforma psiquiátrica, pela desinstitucionalização, e em todas as suas reformas, explícita ou maquiadas, pela defesa dos direitos humanos. Este é o compromisso

ético-político, cada vez mais envolvidos com a produção de saúde, cada vez mais comprometido com a promoção da vida (CFP, 2007).

Entre as limitações presentes no serviço do CRAS apresentadas pelos profissionais de Psicologia, temos como principais a ausência de equipamentos ou com estrutura física inadequada e pequeno espaço para atividades. Salienta-se também a sobrecarga de trabalho por causa da grande demanda e remuneração insatisfatória e por isso alta rotatividade de funcionários (CREPOP03, 2010). Porém, a intervenção profissional, na perspectiva aqui assinalada, pressupõe enfrentar e superar essas grandes tendências e dificuldades presente hoje no âmbito do CRAS.

Sabe-se que o Psicólogo tem uma função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de fomentar o debate sobre o reconhecimento e defesa do papel da assistência social e das políticas sociais na garantia dos direitos e melhoria das condições de vida; isso sem superestimar suas possibilidades e potencialidades no enfrentamento das desigualdades sociais, gestadas e cimentadas nas determinações macroeconômicas que impedem a criação de emprego, redistribuição de renda e ampliação dos direitos (CFP, 2007). Mas, dentro dessa realidade, lidamos com a situação de que os psicólogos estão inseridos num contexto de que outros profissionais e a população esperam de si uma manutenção do seu modelo instituído (FREIRE, 2010), o que é dificulta ainda mais o desafio da definição da sua atuação na assistência social.

Porém, devemos enxergar o trabalho no CRAS como um convite para os psicólogos em lançar um novo olhar na psicologia nos espaços públicos (FREIRE, 2010). E, para isso, os profissionais da psicologia precisam estar atentos aos processos de sofrimento instalados nas comunidades, nos territórios onde as famílias estabelecem seus laços mais significativos. E, se a visão do psicólogo quanto essa política estiver calcada numa visão crítica da assistência social e em um compromisso com as urgências da sociedade brasileira e essa política, de fato, for co-construída por meio dos movimentos populares, da participação plena de seus usuários e do fortalecimento dos espaços e instancias de controle social, estará conectada com a necessidade dos sujeitos e articulada com a defesa da vida (CFP, 2007).

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO, DIRETRIZES CURRICULARES E A REALIDADE DE SALVADOR

São quase 13 anos em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia são debatidas, modificadas, atualizadas e ainda esta em curso sua implementação. Segundo Ana Bock (2004), o que norteia estas mudanças é um questionamento simples: o que a psicologia do Brasil precisa? E a resposta a esse questionamento, para ela, deve ser traduzida em diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia que garantam uma formação de qualidade e comprometida com as reais necessidades da maioria da população brasileira. Uma Psicologia, como ciência e profissão, que trabalhe para a construção de um mundo melhor.

Analisando essas Diretrizes curriculares de 2004, Resolução 8/2004, temos alguns quesitos básicos na formação do psicólogo como a sua possibilidade de atuação em diferentes contextos, a atenção à saúde com a formação de profissionais aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, o desenvolvimento de líderes para o trabalho multiprofissional, e além de que estes devem ter uma noção ampla do campo profissional e de seus desafios contemporâneos (CNE, 2004).

Para tanto, temos também como essencial nesta formação, e para que os quesitos anteriores sejam alcançados de forma plena, a obrigatoriedade dos estágios supervisionados apresentados nos Artigos 20, 21 e 22 das diretrizes curriculares. Estes determinam que os estágios são parte integrante da formação e visam assegurar o contato dos formandos com a realidade em diferentes situações permitindo obtenção de habilidades e conhecimentos (CNE, 2004).

Tem-se determinado que pelo menos 15% da carga horária do curso tem que ser para o estágio, o que o coloca como algo muito importante na formação. Principalmente por seu papel de integrar teoria e prática e preparar o aluno para a sua atuação posterior.

Outro ponto considerado como indispensável se tratando de estágios na formação de psicólogos é por este ser o momento em que o aluno se deparará com

diferentes situações, contextos e instituições. Fora da sala de aula, integrando o que se é estudado com a ação de fazê-lo, tem-se uma vivência que muito vai acrescentar à formação.

Nesse contato com a realidade do estágio, inclui-se aí os princípios da educação não formal como parte essencial de aprendizagem. A partir da observação e interação com aquele meio, e da sua atuação e intervenção neste, muito se aprende além das formalidades da faculdade. E, neste aspecto, também devemos levar em consideração que aí, o formando tem a oportunidade de trabalhar com diferentes profissionais da psicologia, sendo que parte deles não fazem parte da academia, mas muito têm a ensinar.

Assim, esse estágio proposto nas diretrizes curriculares vem para acrescentar à formação a possibilidade de uma outra aprendizagem. Uma aprendizagem em que o ver, viver e agir, proporcionam ao formando ensinamentos e experiência que serão essenciais quando psicólogo e já tradicionalmente consolidado, porém não sistematizado.

Considerada a estrutura de ensino em psicologia, em Salvador temos hoje treze faculdades, sendo apenas uma pública. A partir do site das mesmas obtivemos a matriz curricular de sete delas e ao entrar em contato direto conseguimos informações de onze faculdades.

Dentro do contexto da psicologia social, devido às diretrizes curriculares, são oferecidas disciplinas correspondente. Dessas, dez possuem a denominação de “psicologia e comunidade” e seis possuem “psicologia social I e II”. Sendo que dois cursos afirmaram que as matérias de psicologia social possuem atividade prática em comunidade.

Também foi questionado em relação aos estágios básicos e específicos da psicologia social, tão importante para a formação do psicólogo. Dos dados obtidos, quatro cursos possuem estágio básico em psicologia social comunitária, e destas apenas uma possui também o estágio específico (supervisionado). E uma outra possui apenas o estágio específico nesta área em função da ênfase em social, sendo esta a única encontrada em Salvador.

O que podemos analisar ao ler estes dados é que o número de faculdades que oferece uma formação prática em psicologia social comunitária aquém da

possibilidade da empregabilidade, se considerarmos o fato de que analisamos apenas um tipo de equipamento social (CRAS). Embora as diretrizes curriculares afirmarem a necessidade dessa formação com a possibilidade de atuação em diferentes contextos e obtenção de habilidades a partir da experiência, esta não vem sendo oferecida.

Também sabemos da dificuldade das condições de trabalho para o desenvolvimento de uma atuação dos psicólogos em comunidades e da restrita produção do conhecimento encontrada no campo social em Salvador, o que pode estar retardando o avanço na definição dos modelos de atuação locais que retroalimentaria a formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que vemos hoje é que para a formação desse psicólogo a integração da teoria com a prática traduzida pela experiência dos estágios é de suma importância (CNE, 2004). Sendo que nesta vivência os modelos formais são menos evidenciados abrindo espaço para que a educação não formal contribua para a formação.

Podemos reconhecer após a análise que fizemos até aqui que um grande avanço vem ocorrendo na comunidade soteropolitana se tratando da psicologia na assistência social. E, isso mesmo considerando que o psicólogo ainda está se inserindo neste contexto, é necessário pesquisar os motivos desta mudança estar acontecendo de forma tão lenta.

As faculdades estão em sua maioria formando apenas teoricamente os futuros psicólogos em relação à psicologia social e comunitária, e somente algumas delas além de aulas teóricas também associam uma atividade prática neste contexto.

Se tratando dos CRAS, observa-se que os psicólogos estão, a partir de sua atuação, construindo sua identidade. São muitas as dificuldades, além da situação de que a formação em psicologia social comunitária ainda não prepara o psicólogo para a sua atuação.

O que podemos perceber é que hoje os psicólogos da área social comunitária estão tendo que 'se formar após formados'. Por uma falta de experiência durante a faculdade o seu trabalho na comunidade ainda é pouco atrativo. E acaba sendo responsabilidade de cada um, ao se deparar com essa possibilidade de empregabilidade, buscar conhecimento para a sua atuação. Já que, apesar de todas as limitações, as possibilidades da atuação do psicólogo no campo no Sistema Único de Assistência Social de Salvador são muitas. Sendo que as ferramentas para que essa evolução ocorra poderia estar na formação.

As faculdades deveriam explorar mais as possibilidades da educação não formal como um meio de aprendizagem que ocorre nos campos de estágio. Estas também deveriam estimular a produção dos alunos que vivenciam experiências nas comunidades. Para que no futuro tenhamos psicólogos sociais comunitários bem preparados para atuar no SUAS.

Referências

Bock, A. M. B. (2003). *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez.

Bock, A. M. B. (2004). *Diretrizes Curriculares: será que estamos chegando ao fim da longa história?* Psicologia online. Acessado em 20 Jul. 2010. Disponível em <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/artigos/artigos_040108_0009.html>

Brasil. *Política Nacional de Direitos Humanos: Educação Não – Formal*. p. 28 – 33. Acessado em 15 Jun. 2010. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh1/nao_formal_pnedh.pdf>

Brombim, I. B. X.; correia, e. S.; cruz, a. D.; falcão, e. L.; lima, j. A.; munduruca, g. L. L. (2004). *Psicologia da saúde atuando em comunidade*. CienteFico. Ano IV, v. I, Salvador.

Conselho Federal De Psicologia (CFP), Conselho Federal De Serviço Social (CFESS). (2007) *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Brasília.

Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Superior. (2004).

Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. CNE/CES Resolução 8/2004 Diário Oficial da União, Brasília.

Conselho Regional De Psicologia 3ª Região – BA/SE. (2010). *Atuação das(os) psicólogas(os) no CRAS, relatório reunião específica e grupo fechado – etapa Bahia. Salvador.*

Freire, L. (2010). *A atuação dos psicólogos nos CRAS.* Revista Diálogos, ano 7, v.7, p. 23 – 25, Brasília.

Revista Diálogos. (2010). *caminhos e contextos, Tema do fascículo: Direitos sociais para construir cidadania.* ano 7, v.7, p. 12 – 16, Brasília.

Silva, L. A. V., Oliveira, R. F., & Franco, A. L. S. (1998). *Inserção do psicólogo em programas de atenção primária à adolescência: Uma experiência em Salvador-Bahia.* Psicologia: Reflexão e Crítica, 11, 605-620, Porto Alegre.